



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Ato GP nº 12/2008, de 26/05/2008

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, publicada no D.O.U. de 05/05/2000,

R E S O L V E publicar o quadro “Demonstrativo da Despesa com Pessoal”, referente ao Relatório de Gestão Fiscal do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, do período de maio de 2007 a abril de 2008.

ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO
Desembargador Presidente do Tribunal



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	987.159	5.164	992.323
Pessoal Ativo	675.415	5.112	680.527
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	7.953	138	8.091
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	18.743	0	18.743
Demais Despesas com Pessoal Ativo	648.719	4.974	653.693
Pessoal Inativo e Pensionistas	311.744	52	311.796
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	358.709	248	358.957
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	27.312	138	27.450
Despesas de Exercícios Anteriores	34.050	110	34.160
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	297.347	0	297.347
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE-TDP (III) = (I - II)	628.450	4.916	633.366
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			413.867.577
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,151848%	0,001188%	0,153036%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,365117%		1.511.101
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,346861%		1.435.546

FONTE : SIAFI e SCI/SCOF/TRT 2ª Região

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- No item "Sentenças Judiciais com Precatórios de outros Órgãos", foram consideradas as despesas com Precatórios da Administração Direta, classificadas nos itens de despesa 33190.91.05 - R\$ 17.803 e as despesas com Sentenças de Pequeno Valor, classificadas no item 33190.91.06, no montante de R\$ 940 (em milhares).
- Na despesa com Pessoal, não foi considerado o montante de R\$ 29.407, referente aos "Destques", destinado aos pagamentos de Precatórios da Administração Indireta, classificados nos itens de despesa 33190.91.07, tendo em vista o disposto na Portaria nº 575/2007 da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como na determinação contida no Acórdão nº 346/2006 - TCU - Plenário.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA DE CARVALHO
Desembargador Presidente do TRT 2ª Região

RUBENS PARENTE JUNIOR
Diretor Geral da Administração

NIVALDO CATANIA
Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira

RITA KOTOMI YURI
Diretora da Secretaria de Controle Interno